



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1020173-57.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Pensão por Morte (Art. 74/9)**
 Requerente: **Maria Felicia Gallo Mangianelli**
 Requerido: **São Paulo Previdencia - SPPREV**

Prioridade Idoso
 Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

Trata-se de "Ação de Recebimento de Pensão por Morte", com pedido de antecipação dos efeitos da tutela, proposta por **MARIA FELÍCIA GALLO MANGIANELLI** contra a **SÃO PAULO PREVIDÊNCIA SPPREV**, na qual alega mãe de Edvaldo Aparecido Mangianelli e esposa de Geraldo Aparecido Mangianelli, ambos militares e falecidos, razão pela qual recebe pensão por morte de seu marido e, após o falecimento deste, primitivo beneficiário, pretende receber a pensão também pela morte de seu filho, mas teve seu pedido indeferido, na esfera administrativa, sob o fundamento de que não é possível a acumulação de duas pensões, entendimento ao seu ver indevido, razão pela qual requer a sua reversão por provimento judicial.

A antecipação da tutela foi indeferida às fls. 27/28.

Em contestação às fls. 37/40 a São Paulo Previdência alega que: a) tanto a autora quanto o seu marido passaram a receber pensão decorrente da morte do filho, na proporção de 50% para cada um; b) com o falecimento do cônjuge, ela optou por receber pensão pela morte dele, por ser mais vantajosa e renunciou à pensão que recebia do filho; c) não pode receber as duas pensões, pois para receber a do filho, teria que comprovar dependência econômica, que desapareceu, com o recebimento da pensão do marido, em valor superior a R\$ 5.000,00; d) caso seja reconhecida a possibilidade de acumulação, é o caso de se declarar a prescrição, haja vista o decurso de mais de cinco anos desde a morte de seu filho Edvaldo e f) em caso de procedência pleiteia a aplicação da Lei 9.494/97, com a redação dada pela Lei 11.960/2009.

É O RELATÓRIO.

PASSO A FUNDAMENTAR E DECIDIR.

Cabível o julgamento antecipado da lide, considerando que a questão de mérito é unicamente de direito, estando o feito instruído e apto a ser julgado.

Dispunha o art. 29 da Lei n. 3.765/60, em sua redação original:

“Art 29. É permitida a acumulação:

a) de duas pensões militares;

b) de uma pensão militar com proventos de disponibilidade, reforma, vencimentos, ou pensão proveniente de um único cargo civil.”.

Com a MP n. 2.215/2001, a redação desse artigo foi alterada para:

“Art. 29. É permitida a acumulação:



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

I - de uma pensão militar com proventos de disponibilidade, reforma, vencimentos ou aposentadoria;

II - de uma pensão militar com a de outro regime, observado o disposto no art. 37, inciso XI, da Constituição Federal”.

Conforme se denota do documento de fls. 41, o marido da autora faleceu em 27/11/10, havendo que se aplicar a lei vigente à época de seu óbito, que deixou de prever a possibilidade de acumulação.

Não bastasse isso, Artigo 16 da Lei 452/74, com a redação dada pela Lei 1013/2007, estabelece que:

"Art. 16 - Nenhum dependente poderá receber mais de uma pensão decorrente desta lei, exceto filho, enteado e menor tutelado, de casal contribuinte, assegurado aos demais o direito de opção pela pensão mais vantajosa." (NR)

Foi exatamente o que ocorreu com a autora que, de acordo com o documento de fls. 41, optou pela pensão de seu marido, que era mais vantajosa.

Por fim, há que se considerar que, com o recebimento da pensão do marido não há mais que se falar em dependência econômica em relação ao filho.

Ante o exposto, **JULGO** o processo, com resolução do mérito, e **IMPROCEDENTE** o pedido.

Condeno a autora a arcar com as custas e honorários advocatícios, fixados, por equidade, em R\$ 770,00 (setecentos e setenta reais), ficando suspensa a cobrança de tais verbas, por ser beneficiária da A.J.G.

P I

São Carlos, 05 de setembro de 2016.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA